



Público

05-04-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Justiça

Dimensão: 480 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 14



O major Vasco Brazão era o porta-voz da Polícia Judiciária Militar

Brazão diz que ministro da Defesa sabia de achamento

Tancos
Nuno Ribeiro

Rui Pereira fez um parecer que confirmava a competência da PJM em Tancos, contra a entrega do caso à Judiciária

Na parte aberta da audição na comissão parlamentar de inquérito ao roubo de Tancos, ontem, o major Vasco Brazão, ex-porta-voz da Polícia Judiciária Militar (PJM) e um dos arguidos, atirou para cima. Na sua versão, o antigo ministro da Defesa Nacional Azeredo Lopes foi informado do que tinha realmente acontecido com o achamento num baldio da Chamusca do material roubado meses antes nos paióis.

“O ministro soube que trabalhamos com o informador e que o que transmitimos ao Ministério Público (MP) não foi exactamente o que aconteceu”, disse aos deputados. Especificou que, em Novembro, foi com o então director-geral da PJM, coronel Luís Vieira, hoje arguido, ao ministério entregar um documento ao chefe de gabinete de Azeredo Lopes, general Martins Pereira.

Tratava-se, descreveu, de um sumário do que se passara, redigido numa folha em branca, sem assinatura ou timbre. Azeredo Lopes teve conhecimento do teor do documento através de uma chamada via WhatsApp do chefe de gabinete, embora não tenha ouvido a voz ou expressões do ministro. “O ministro

não ordenou para mudar de atitude ou informar o Ministério Público”, garantiu.

Brazão insistiu, por diversas vezes, que houve um descontentamento na PJM quando a investigação foi atribuída pela Procuradoria-Geral da República à Judiciária, e que esta indicação, na prática, não foi seguida. Ou seja, que a PJM manteve investigações à margem desde o início. Ou seja, a partir de 29 de Junho de 2017, no dia imediato ao assalto, até ao achamento do material furtado, a 18 de Outubro daquele ano. “Fizemos coisas paralelas sem lhes comunicarmos”, disse do *modus operandi* da PJM face à PJ.

Para tanto, revelou, a PJM estava munida de um parecer pedido pelo então director-geral ao jurista Rui Pereira, ex-ministro da Administração Interna de José Sócrates, que sustentava a competência da Judiciária Militar neste caso. “O director-geral diz que tem um parecer para que a investigação venha para nós e que se a berrnarda rebotar ele assume tudo”, justificou: “O interesse do país era superior.”

Confirmou, também, que em todo este processo as ordens verbais da hierarquia, do coronel Luís Vieira, foram a regra, sem a redacção de documentos. “Agi de boa-fé, apesar desse erro”, sintetizou sobre o seu comportamento, reiterando por três vezes que a PJM devia ter participado a verdade dos factos. “A verdade do que aconteceu não foi publicamente revelada”, admitiu.

nribeiro@publico.pt

e
ã
O
r
S
S
r
F
e
T
a
C
S
S
S
e
t
r
D
e
r
ã
I
F
F
e
D